



# 08/JAN/2023

## INFORMES TEMÁTICOS 2023



## APRESENTAÇÃO

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "Informes Temáticos", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira ao longo de 2023, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação resume os materiais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense sobre a defesa e as forças armadas do Brasil, agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "Informes Temáticos" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

O Informe Temático aqui apresentado, "08/JAN/2023", foi elaborado por graduandos/as em Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), como atividade extensionista da disciplina "Estudos de Defesa".

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas  
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)  
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

## Equipe Informe Brasil- 2023

### Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### Supervisão

Leonardo Pontes Vinhó

### Redação

Abrahão Henrique Alves de Lima

Alberto Machado Santos

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Geremias Dias dos Santos de  
Carvalho

Giovani Nunes de Aguiar

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Grazielly Dourado Santos

Isabelle Costa

Manuela de Jesus Brasil

Marcela Furlan de Cena

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). ALVES, A. L. A.; MADUREIRA, B. S.; SANTOS, G. B. D.; PIMENTEL, G. G. A.; ARRUDA, Y. N.; FIGUEIREDO, M. L. C; GUTIERREZ, R. 08/JAN/2023. Informe Temático 2023. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2024.

# 08/JAN/2023

Ana Laura Alcalai Alves  
Beatriz Soares Madureira  
Gabriella Bispo Dillem dos Santos  
Gustavo Goudim Aredes Pimentel  
Irys Nascimento de Arruda  
Maria Luiza Cusinato Figueiredo  
Rebecca Gutierrez

Graduandos/as em Relações Internacionais  
na Universidade Federal de São Paulo

---

Neste informe, apresentamos dados acerca dos acontecimentos relacionados à tentativa de golpe arquitetada no dia 8 de Janeiro de 2023. Para isso, foram mobilizadas reportagens, colunas opinativas, editoriais e entrevistas de três periódicos: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense. Dividido em três partes, esse informe contém inicialmente uma apresentação dos fatos desde o dia do ocorrido até o final do mês de novembro de 2023, quando foi encerrada a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Antidemocráticos. Em seguida, analisamos o tratamento dado pela imprensa tanto ao ocorrido, quanto a seus desdobramentos, enfatizando características como o tipo de matéria, o nível de profundidade e os pontos privilegiados. A parte final corresponde a uma análise crítica e fundamentada, elaborada pelos(as) redatores(as), com a problematização acerca da maneira como a grande imprensa possui importante papel na formação da opinião pública e como os leitores, por sua vez, precisam adotar certas ressalvas e preocupações quando em contato com matérias jornalísticas relacionadas à defesa nacional e às relações civis-militares. Para além, é a parte onde os(as) redatores(as) deste informe avaliam tanto o tema, quanto suas repercussões, a partir do ponto de vista enquanto estudantes de Relações Internacionais.

---

## Democracia em perigo Os atos golpistas

O dia 8 de janeiro de 2023 entrou para a história do Brasil como o dia em que apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) foram à Brasília, invadiram e depredaram a sede dos três poderes da República: primeiro o Congresso Nacional, seguido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e, por fim, o Palácio do Planalto.

Incentivadas por discursos que questionavam a validade dos resultados da eleição presidencial de 2022 – narrativa essa, inclusive, instigada pelo próprio ex-presidente e por seus apoiadores –, as ações foram acertadas via redes sociais. Assim, no fim de semana do ataque, os envolvidos chegaram à Brasília, sendo eles escoltados até o Congresso Nacional pela Polícia Militar. A partir desse ponto, os atos tomaram grandes proporções: fachadas foram pichadas, objetos de valor foram quebrados, rasgados e queimados e salas inteiras foram destruídas.

Durante o ocorrido, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, decretou intervenção federal no Distrito Federal (DF) até o dia 31 de janeiro, e o ministro do STF, Alexandre de Moraes, oficializou o afastamento, por 90 dias, do

governador do DF, Ibaneis Rocha. Além disso, investigações foram instauradas, a fim de descobrir quem eram os envolvidos e de responsabilizá-los criminalmente por atentado à democracia e à segurança nacional.

### As investigações

O início das investigações acerca dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 ocorreu frente à denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) do envolvimento de mais de 152 pessoas por associação criminosa e incitação à animosidade das Forças Armadas contra os poderes institucionais e com a atribuição ao ministro do STF, Alexandre de Moraes, da competência de julgar e processar os acusados, independentes de serem eles civis ou militares.

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Legislativa do DF, deputado distrital Chico Vigilante, do Partido dos Trabalhadores (PT), acusou oficiais do exército por orquestrar os atos antidemocráticos, mencionando sua desconfiança para com o general Gustavo Henrique Dutra, exonerado pelo Presidente Lula de seu cargo no Comando Militar do Planalto (CMP) no dia 17 de fevereiro.

Em meados de abril, o então ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI),

Marco Edson Gonçalves Dias, pediu a sua exoneração do cargo após a divulgação de imagens que o identificam interagindo amigavelmente com os golpistas. Já no dia 21 de abril, ele prestou depoimento à PF e se defendeu dizendo que estava à paisana e precisava ser pacífico. Em 26 de abril, após o STF quebrar o sigilo das imagens, foram divulgadas novas exonerações de agentes envolvidos nos escândalos.

No dia 16 de maio, o STF iniciou a 5ª rodada de análise das denúncias. Até então, a PGR havia denunciado 1390 pessoas por associação criminosa e destas, 795 já haviam sido declaradas réis pelo STF.

Em 18 de maio, Gustavo Henrique Dutra prestou seu depoimento e declarou que atos de 8 de janeiro não foram um golpe, e sim uma tentativa de proteger Bolsonaro (que havia declarado em 28 de abril que estava sob o efeito de medicamentos quando publicou um vídeo questionando a efetividade das urnas eletrônicas dias após os atos golpistas). Dutra disse também que considerava os acampamentos golpistas em frente a edifícios das forças armadas uma expressão política pacífica.

Em julho, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) apontou que influenciadores digitais lucraram com incitações aos atos golpistas. No dia 6 de agosto, uma investigação da Polícia Militar indicou a participação de militares

das Forças Armadas nos atos golpistas e, em 18 de agosto, o depoimento do hacker Walter Delgatti à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) implicou Bolsonaro e membros do Ministério da Defesa na trama golpista. Já militares depoentes negaram tal informação.

Além disso, investigações da Polícia Federal (PF) revelaram que o tenente-coronel André Luis Cruz Correia, que atuava no GSI e na segurança direta do presidente Lula, participava de um grupo de mensagens de tom golpista. O militar foi exonerado em 10 de agosto. No dia 31 deste mesmo mês, Lula alterou a estrutura do GSI, separando os encarregados por setores.

Em 22 de setembro, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, preso preventivamente desde maio, revelou em acordo de delação premiada que Bolsonaro se reuniu com alto comando das Forças Armadas para discutir uma minuta de golpe. Em 19 de outubro a senadora Eliziane Gama apresentou relatório da CPMI atribuindo a Jair Bolsonaro a responsabilidade pela tentativa de golpe. No dia 30 de novembro se encerrou a CPI dos Atos Antidemocráticos na Câmara Legislativa com indiciamento de 135 pessoas.

## Os resultados parciais

Mesmo depois de mais de um ano desde o ocorrido, nenhum dos principais financiadores dos atos golpistas foram identificados, apesar de algumas pessoas e organizações terem sido rastreadas pela Abin durante suas investigações. Dos 16 identificados, 13 são grandes fazendeiros.

Outro ponto importante é a efetiva participação e responsabilização de Jair Bolsonaro, tema este ainda sem resposta, apesar de ter sido incluído em inquéritos da investigação e dele ter prestado depoimento à PF. Nesse sentido, outro tema que também é uma incógnita nas investigações diz respeito ao envolvimento das Forças Armadas nos atos golpistas, uma vez que não houve nenhuma condenação de seus integrantes,

embora diversos indícios tenham sido levantados e de vários militares terem prestado depoimento.

Quanto aos indiciados, as acusações variam entre associação criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça com substância inflamável contra o patrimônio da União, e deterioração de patrimônio tombado. No total, segundo o STF, 1.430 pessoas foram presas. No entanto, em janeiro de 2024, a mando do ministro do STF Alexandre de Moraes, 1.357 desses envolvidos foram colocados em liberdade condicional, restando apenas 73 pessoas efetivamente encarceradas.

---

## O 8 de janeiro nas páginas da imprensa

A cobertura da imprensa sobre os atos de 8 de janeiro de 2023 que envolveram as forças armadas apresentou diferentes abordagens e profundidades, refletindo as orientações editoriais de cada veículo.

A Folha de S.Paulo destacou-se por sua postura crítica e incisiva, enfatizando as falhas das Forças Armadas durante os eventos e

defendendo uma responsabilização rigorosa dos militares. A linha editorial sugeriu que os atos de 8 de janeiro expuseram fragilidades institucionais graves, exigindo uma revisão profunda da relação entre o governo e as Forças Armadas.

O Correio Braziliense, por sua vez, apresentou abordagem mais moderada e pragmática, reconhecendo a necessidade de

responsabilização, mas focando também em propostas de reformas institucionais para evitar futuros episódios semelhantes. O Correio procurou equilibrar a crítica com sugestões construtivas, sem adotar uma posição tão condenatória quanto a da Folha.

A abordagem d'O Estado de S.Paulo foi mais conservadora, defendendo a importância de preservar a ordem institucional e destacando o papel das Forças Armadas como garantidoras da estabilidade. O jornal foi cauteloso em suas críticas, preferindo destacar a necessidade de

fortalecimento das instituições e a manutenção da disciplina dentro das Forças Armadas.

Em resumo, enquanto a Folha e o Estadão optaram por abordagens mais analíticas, críticas e, em alguns casos, ideologicamente orientadas, o Correio Braziliense buscou uma cobertura que, embora crítica, também propôs soluções institucionais. A cobertura variou de superficial a aprofundada, dependendo do veículo, com um enfoque predominante na relação entre o governo e as Forças Armadas, refletindo as nuances editoriais de cada jornal.

---

## A democracia brasileira e seus heróis imaginários

Quando o assunto é a segurança de um país, muitos dos conceitos que aparecem no imaginário das pessoas acerca desse tópico, na realidade, confundem-se com os que definem a defesa; ou seja, de proteção em relação a um "inimigo externo". No entanto, a presença (ou a falta) de segurança, por diversas vezes, está muito mais associada a problemas internos do que a ameaças externas propriamente ditas. Nesse sentido, quando pensamos no ocorrido em 08 de janeiro de 2023, vemos explicitamente como certas debilidades internas podem se transformar em rachaduras na dinâmica de segurança e estas, por

sua vez, colocam em risco todo o sistema de legitimidade que sustenta uma democracia, assim como sua capacidade política e a coerência de suas instituições.

Em um cenário internacional de crescimento da extrema direita, de desrespeito às instituições e aos fundamentos democráticos e de extremismo político, a dinâmica interna da política brasileira mostrou como esses fatores, somados à desconfiança nos processos eleitorais, à polarização dos discursos políticos e à disseminação de informações falsas, foram capazes de colocar em perigo as estruturas

democráticas do país, desestabilizando o governo brasileiro e criando um ambiente propício para a violência generalizada e para a possibilidade de crises de governança.

Frente a essa situação de insegurança gerada pela disseminação de desinformações que atinge principalmente a população, a mídia desempenha um papel decisivo, tanto no sentido de poder amenizar esse cenário, tranquilizando os cidadãos diante de fatos concretos, quanto o de alarmar e acentuar essas inseguranças. Nesse sentido, o observado pela equipe redatora foi consideravelmente positivo. Sentimos que a cobertura da imprensa foi, em geral, bem equilibrada e bem colocada, com críticas que, por mais que tenham sido por vezes cautelosas, refletiram a importância de um tema como este. Também nos surpreendemos quanto ao grande número de colunas opinativas e editoriais, evidenciando que o destaque dado pela imprensa criou espaços importantes para discussões acerca da necessidade de reformas e de fortalecimento institucional, assim como da devida responsabilização dos envolvidos nos atos golpistas.

O fruto de uma democracia que nasceu de uma transição “lenta e gradual”, da Lei da Anistia (1979) e que ainda conta com militares ocupando uma diversidade de cargos políticos é justamente o que

foi observado no 08 de janeiro: a participação de membros das Forças Armadas e da Polícia Militar como facilitadores dos atos golpistas ou omissos na contenção deles – além de, mais uma vez, nenhum ter sido condenado ou punido. E o gosto amargo do período ditatorial ainda é sentido por toda a sociedade brasileira.

Assim, essa ocorrência é uma clara expressão da fragilidade da democracia brasileira, e de fato há a necessidade de que nossa análise reconheça as ameaças que ainda existem e que permeiam sua estrutura, especialmente no que diz respeito às relações entre os civis e as Forças Armadas. A ausência de políticas de memória nacional formadoras de um consenso sobre os danos irreparáveis causados pelo aparato repressivo dos governos militares é um dos grandes fatores que consagram até hoje as Forças Armadas como nossos “heróis nacionais”, favorecendo uma formação político-ideológica que nada se encaixa no ideal democrático – onde os civis fazem políticas, e os militares as executam – e que triunfa na falta de informação e no crescimento de inseguranças e desconfianças.

Por fim, o episódio de 08 de janeiro de 2023 deve ser visto e analisado como um alerta. A consolidação da democracia brasileira ainda é um caminho sendo trilhado pelo país, e momentos de polarização política e

de extremismos, como o que vivemos agora, mostram que alcançar esse lugar de plenitude democrática é extremamente necessário. Diálogos abertos sobre as fragilidades do regime são essenciais, assim como o

fortalecimento de um ideário nacional que, no lugar de criar narrativas de heróis imaginários e inimigos inexistentes, valorize a democracia e a coloque no seu devido lugar de importância, de destaque e de proteção.

---

## Para saber mais

Reportagem Especial "[8 de Janeiro – Democracia Restaurada](#)", do jornalista Maurício de Santi, para a Rádio Senado.

Podcast Medo e Delírio em Brasília: série sobre o 8 de janeiro [Episódio 1](#); [Episódio 2](#); [Episódio 3](#); [Episódio 4](#).

Documentário BBC: [8 de Janeiro: o dia que abalou o Brasil](#)

Filme da Folha de S. Paulo: [8 DE JANEIRO: Anatomia de um Ataque Golpista](#)

Documentário Metrôpoles: [8 de janeiro: o relato de quem viu o ataque à democracia de perto](#)

---